



Ata Nº 13/2020

Aos sete dias do mês de Outubro de dois mil e vinte, reuniram-se os conselheiros e conselheiras do Comdedica, em plenária ordinária, em plataforma virtual do Google Meet, as treze e trinta horas. A presidente Márcia Martins deu as boas-vindas aos participantes e iniciou-se com a aprovação das Atas 11 e 12. Em votação ata 11, aprovado por unanimidade. Ata 12, aprovada com uma abstenção. Em tempo, a representante da APAE, Luciana Auler pede para que se corrija na ata nr 11, que quem representou a APAE no dia 02 de setembro, foi a sua diretora Ana Lucia Eggers, titular no conselho. Lido ofício de Aldef, onde traz a substituição da suplência que fica ao cargo de Ademar José dos Anjos. Também a secretaria de Direitos Humanos altera a representação, que passa a ser Amanda Eberhardt em substituição a Rodrigo Castilhos. A SDS altera a suplência, saindo Ana Paula Moreira, por Silvana Epifânio. A presidente Márcia pede uma alteração na ordem de pauta, solicitada pelo Conselho Tutelar-CT, pois a CT Patricia Gioacomini está no plantão e pode haver a necessidade de ausentar-se da plenária, que foi aceita pela plenária. Participa pelo CT também, Dione Cristina. Trazem três pautas: Formação pela Unisinos - contaram com a presença dos colegas de Novo Hamburgo, que trouxeram a experiência com seu sistema integrado de informações. Está se vendo a possibilidade de haver um compartilhamento desse sistema, estavam também, integrantes da TI da prefeitura de São Leopoldo. Daniel Boeira, relata que após a formação, entrou em contato com a secretaria de Assistência Social de Novo Hamburgo e estão aguardando o agendamento de uma visita para tratar dessa possibilidade, uma vez que é prática usual, compartilhar sistemas entre municípios, como São Leopoldo fez com Sapucaia do Sul, com sistema sobre Covid. Segunda pauta trazida pelo CT é a retomada da revisão da nova Lei do Conselho Tutelar. Terceira pauta é sobre a posição do CT em relação ao “ato infracional”. Dione lança a pergunta: se os conselheiros conhecem qual o papel do conselho num ato infracional? Ninguém respondendo, ela faz a leitura da atribuição, no Art. 101 e 102 do ECA. Sendo o CT sempre um órgão de defesa, nunca de caráter policial. Os casos de denúncia de situações de vandalismo e outros, são conduzidos pela Brigada Militar, que aciona às famílias, caso não encontrem, o Conselho é acionado. Patricia relata que a falta de conhecimento pela população, causa indignação, sendo atribuído falta de interesse dos conselheiros em atender. As redes sociais tem sido veículo de acusações e pressão. O Conselho Tutelar fez manifestação relatando suas atribuições. A presidente Márcia dá um panorama geral sobre fato ocorrido para os conselheiros compreenderem o motivo da manifestação das conselheiras. Em Setembro uma pessoa ligou para o número de plantão do CT dizendo que crianças apedrejavam sua casa, fato que fez com que o autor da ligação fosse orientado e não houve retorno posterior, entretanto o mesmo publicou nas redes sociais a situação ocorrida, onde apareciam crianças de menos de dez anos. Os fatos que se desenrolaram a partir daí, geraram muitos comentários de ódio no facebook. A mesa desse conselho se reuniu e, após se reuniu também com a Secretaria de Direitos Humanos-SEDHU, onde houve a proposta das partes conversarem. Pela divulgação de imagens de crianças pequenas, o Ministério Público abriu ação contra a pessoa, que volta às Redes dizendo então, que passa a ser réu. O CT é acusado de intolerância religiosa, pois o denunciante possui uma Casa de Matriz Africana, onde ocorreu o fato. As conselheiras relatam que em nenhum momento isso aconteceu, e se sentem abaladas com as acusações. A presidente Márcia foi convidada pela candidata a vereadora Nadir de Jesus para participar de uma Live com o denunciante, onde Márcia afirmou que todos devem trabalhar juntos, com diálogo e democracia. Lucimar Pedroso, Gabinete do Prefeito, diz que o fato foi acompanhado pela secretaria de direitos humanos, que sempre terá o intuito de mediação. Embora entenda que o denunciante possa ter se sentido violado, não se pode tolerar a exposição de crianças

na mídia. O Conselho de Povos Tradicionais tem representação na SEDHU, o que motivou o encontro, e deve ser dada atenção maior ao afirmar que não houve intolerância religiosa ao tratar do assunto, pois trata-se de crianças na faixa etária de 05 a 08 anos. Daniel está acompanhando o assunto com preocupação, pois é fato que na sociedade há intolerância e que, a partir de atitudes que denotam pouca compreensão, o processo passou a ser de vitimização, por vários outros sentimentos e pela não compreensão da política. Sugere que este Conselho entre em contato com o Conselho de Matriz Africana para esclarecimentos, considera que o ataque ao CT é na “imagem”, diferente do denunciante que considera o ataque “pessoal”. Vamos resolver isso dando mais publicidade ao CT, não nesse momento, mas pensar ações para o próximo semestre, desvinculando desse ocorrido, para tratar de forma mais elevada, sem entrar no direito de um ou de outro. Dione esclarece que por ocasião da denúncia, não foi citado que se tratava de uma casa de religião, por isso a incompreensão pela acusação, e mesmo se isso houvesse ocorrido, não faria diferença na condução da situação apresentada. A presidente, considerando a discussão importante, mas dado o adiantado da hora, sugere que continuemos em outra ocasião. Fabiane Asquidamini, PROAME, também acrescenta que se deve entender o que categoriza “crime” de uma criança e adolescente e se coloca à disposição para discussão. Márcia sugere uma plenária extraordinária, sendo sugerida a **data de 3 de Dezembro pv**. Daniel acrescenta que os Planos, como dos Direitos de Crianças e Adolescentes, só serão conhecidos pelas entidades afins e não pela comunidade, temos o desafio de vencer essa barreira, para melhor compreensão da política. Sobre o Plano dos Direitos, Fabiane sugerirá a discussão na segunda quinzena de novembro. **Próxima pauta – FMDCA**, com Lisiane Wachholz– Márcia agradece a contribuição da gestora, mesmo em sua licença maternidade. Lisiane informa que decidiu continuar acompanhando para não perder o que foi construído até aqui e que vai poder contar com o auxílio de um servidor. Informa que hoje a SDS tem acesso às contas do Fundo. No mês de setembro foi arrecadado R\$ 85 mil em doações direcionadas às instituições. Nas contas, a soma é de R\$ 574.589,67, da Receita Federal recebemos R\$ 184.090,98. Desse valor total, direcionados às OSCs, está à disposição R\$ 314.452,56. Lisiane está entrando em contato para orientar a como ter acesso aos valores. Pede que as OSCs enviem relatórios com as doações que sabem que receberam, para que sejam emitidos os recibos e sejam direcionadas a cada uma. A presidente Márcia fala em se construir já um Edital com o valor remanescente. Fábio Bernardo, AMMEP, fala de pensarmos projeto para o final de ano, principalmente voltado aos acolhimentos, talvez com presentes de material pedagógico, material escolar, uma vez que fica inviável projeto de férias nos moldes do verão passado. Fabiane Asquidamini fala também em refletir sobre o alto índice de tentativa de suicídio entre adolescentes e que o Proame traz projeto coletivo para São Leopoldo. Daniel sugere que um projeto possa atingir além das entidades, como as famílias. A presidente sugere GT para pensar o Edital, que fica composto pela presidente Márcia, Lisiane Wachholz, Fábio Bernardo, Ammep e Fabiane Asquidamini, Proame. Lisiane traz também o parecer sobre projeto da APAE, solicitado na penúltima plenária. Construiu o parecer com as informações atuais que constam na prestação de contas. Faz a leitura do parecer, que aprova a prestação de contas do projeto de inclusão tecnológica de R\$ 30 mil e adverte sobre a ausência de documento com a conta correta específica para projetos, que isso não ocorra no futuro. Colocado em votação, aprovado pela plenária. Seguindo, **Plenária extraordinária, com a presença do Dr. Guilherme e Dra Mara do MP** – Márcia fala que o pronto aceite ao nosso convite, demonstra o respeito que o MP e Judiciário tem por este Conselho de Direitos. Fabiane, que fez a escuta junto com Marcela, diz ter saído da plenária preocupada. O Plano Decenal traz sugestões de ações. Considera que o Conselho deixou “muita bola quicando”, que devíamos, como conselheiros, discutir mais as questões dos acolhimentos. Se o Projeto do Itaú for aprovado, teremos 2021 para pensar mais sobre isso. Para próximos encontros, deveremos estar mais amadurecidos. Loreto Illanes, SDS, considera que a atuação do MP seja horizontalmente com a Rede, considera que nos inibimos por estarmos na presença do Juiz e da Promotora. Falta para nós a questão da educação permanente para qualificar o debate, conclui. As reuniões com acolhimentos ocorrem quase quinzenalmente, com parceiros, formando quase que uma Rede, com CapsI, CapsJ e educação. A presidente coloca que a intenção também, ao chamarmos para uma plenária, era que os pareceres das instituições não eram levados em conta. Joíza, Casa Aberta, fala que tem documento em mãos,

proibindo visitas o contrário do que foi dito em plenária.. Considera que o Dr Guilherme é aberto ao diálogo e que devemos estar melhor preparados. Jessica, Isaura Maia, fala em como não centralizar a discussão em algumas figuras. Nesse encontro coletivo, considerou que deveria ser construído uma nova proposta de Plano de Contingência e não só para autorizar visitas, como também construir novas propostas de acolhimento, dentro da pandemia. A presidente entende que nem todos se colocam nas discussões, é importante o comprometimento. Estamos aprendendo e essa reunião nos provoca a pensar nisso. Ideal seria que já tivéssemos construído o planejamento do próximo ano para o Conselho, inserindo-os nas nossas reuniões, embora o MP receba sempre o convite das plenárias.

Formação com Vigilância Sanitária – Loreto coloca a disponibilidade e parceria da Vigilância Epidemiológica e Secretaria da Saúde, também nos casos de acolhimentos. Haverá visitas às OSCs em caráter de formação permanente e monitoramento dos Planos de Contingências. A CT Dione tem acompanhado nas visitas, com Carolina Timm. Lucirene informa que a Instituto Lenon foi visitado, que já possuem a planilha de acompanhamento, que deve ser alimentada semanalmente. Fábio relata que a visita aconteceu na AMMEP também, sendo muito positiva. Simone Lindenmayer está integrando o GT, para integrar discussões que estão sendo feitas desde julho, para uma organização do retorno das atividades, não nesse ano, mas para o próximo, com as questões do espaço físico e questões pedagógicas. A preocupação é com possível mudança de administração pelas eleições, e quer deixar, até final de dezembro o registro de algumas orientações.

COMITÊ DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – foi escolhida a coordenação conjunta do comitê, com AMMEP, PROAME SMED e SEDHU. Em função de que a atual representante do conselho não pode continuar foi solicitado substituição. Assim para representar o Comdedica no Comitê, Tatiana Lima, UNISINOS, se propôs a retornar, em substituição de Delci Mello, do Instituto Lenon, que no momento não poderia fazê-lo.

SAÚDE MENTAL E ADOLESCENTES – Pauta solicitada pelo Proame. Fabiane informa que o Proame está em contato virtual com adolescentes e observa o relato das tentativas de suicídio que houve, quatro ou cinco, sendo que um adolescente a tentativa foi de duas vezes num mês. Considera a situação emergencial, que pode ser decorrência da pandemia ou já ocorria e não tínhamos o conhecimento. Sugere projeto emergencial para abordar a questão. Um projeto coletivo, pois sabe-se que a Rede está esgotada e o adolescente precisa de apoio de forma urgente. Márcia sugere que a comissão do Edital pense nessa questão. Daniel considera que esse problema tenha que ser levado à gestão. Vai conversar com Letícia e Adilson. Letícia Ramos traz que a psicologia clínica sozinha não traz a solução, mas que deva ter atenção de psiquiatra também, talvez com medicação apropriada para cada caso.

LOA 2021 – Definido a *data de 21/10* para apreciação e discussão em plenária extraordinária.

FÓRUM DCA – Fábio traz que em todas as eleições foram contatados os candidatos para que apresentem proposta de se comprometerem com a política da criança e adolescente, e ainda temos o Plano decenal que podemos incluir. Sugere a última semana de outubro. Dia 27, às 13.30h. O que foi aceito pela plenária. Daniel convida ao debate que será feito hoje, às 19 horas, com o candidato a prefeito Ary Vanazzi, com a participação de Marilene Maia, Fábio Bernardo, Eliene Amorim.

COMISSÃO PLANO DECENAL – a comissão que está avaliando o Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes se encontrará na próxima sexta, para olhar eixo por eixo. Fabiane propõem plenária única para apresentação do Plano até 30/10. Apresentará Layout na plenária do LOAS, ainda terá que ser realizada uma extraordinária para aprovação. Sugerido a **data de 18 de Novembro**, o que foi aprovado.

RELATO DAS COMISSÕES – Tatiana, Unisinos, fala das visitas que estavam sendo realizadas antes da pandemia. Pergunta como fica agora. A presidente relata que as instituições inscritas já tiveram prorrogação de prazo. Sugere que se faça avaliação da documentação para novas inscrições e que se emita uma inscrição provisória de seis meses, até que seja possível a visita. Daniel sugere acrescentar fotos à documentação e que se avalie se duas pessoas conseguiriam realizar a visita. A comissão irá conversar e avaliar quem poderia participar. Rosângela Vianna, secretária dos Conselhos, informa que vários projetos aguardam a análise da comissão. Márcia lembra das OSCs que precisam renovar o prazo de seus projetos. A Casa Aberta aguarda análise da comissão. Márcia pede atenção da comissão, pois é a vida das instituições. Os Planos de Ação também precisam ser analisados. Joíza, Casa Aberta, traz que o fato de o Termo de Colaboração ser para dois anos, o que

nos tirou um grande fardo de trabalho todos os anos, ficamos engessados financeiramente. A presidente fala que vamos ter que lidar com o Plano Ideal e o que será possível executar, devido às incertezas nesse cenário de pandemia. Daniel propõem um Plano adaptável a realidade pandêmica e meso-pandêmica. Sugere um seminário sobre isso. Os primeiros seis meses de 2021 serão de incertezas, e o que será preciso fazer pra definir prioridades. Com o avançado da hora a presidente encerra a plenária, às 17:17h , agradecendo a participação de todas e todos. Foi enviado no whatsapp do conselho todas as datas das plenárias extraordinárias. Para constar, eu Rejane Bottega Victoria, lavrei a presente ata.